

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA – APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO
DO CAMPO

LUZINETE RODRIGUES MEDRADO

**NARRATIVAS DE PRÁTICAS DOCENTES DE COMBATE AO
PRECONCEITO RACIAL NA ESCOLA ANTÔNIA DO SOCORRO
SILVA MACHADO**

JOÃO PESSOA - PB

2019

LUZINETE RODRIGUES

**NARRATIVAS DE PRÁTICAS DOCENTES DE COMBATE AO
PRECONCEITO RACIAL NA ESCOLA ANTÔNIA DO SOCORRO SILVA
MACHADO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura
em Pedagogia - Aprofundamento em
Educação do Campo para obtenção do
título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula
Romão de Souza Ferreira.

JOÃO PESSOA – PB

2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M492n Medrado, Luzinete Rodrigues.

Narrativas de práticas docentes de combate ao preconceito racial na escola Maria do Socorro Silva Machado / Luzinete Rodrigues Medrado. - João Pessoa, 2019.

47 f. : il.

Orientação: Ana Paula Romão de Souza Ferreira.
Monografia (Graduação) - UFPB/Educação.

1. Pedagogia campo. Preconceito racial. Formação doc.
I. Ferreira, Ana Paula Romão de Souza. II. Título.

UFPB/BC


LUZINETE RODRIGUES

**NARRATIVAS DE PRÁTICAS DOCENTES DE COMBATE AO
PRECONCEITO RACIAL NA ESCOLA ANTÔNIA DO SOCORRO SILVA
MACHADO**

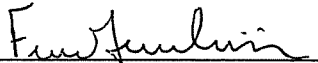
Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao Curso de Pedagogia, com área de aprofundamento em Educação do Campo, no Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

APROVADO EM: 16/05/2019

BANCA EXAMINADORA


Prof.ª Dra. Ana Paula Romão de Souza Ferreira
(orientadora)

Prof.ª Dra. Maria do Socorro Xavier Batista
(Professora Examinadora)


Prof.ª Dra. Francisca Alexandre de Lima
(Professora Examinadora)

DEDICO, primeiramente, a Deus, ao meu amado esposo, meus familiares, amigos e a todos os professores que fizeram parte da minha formação durante esses anos sempre me ajudando, cada um doando um pouco do seu tempo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, por ter mim proporcionado o dom da vida. Sempre ajudou concedendo forças e guiando meus passos, para continuar durante esses anos dentro dessa universidade.

Aos meus pais, Francisco Augusto e Maria Alves, pela formação do meu caráter, sempre acreditaram no meu crescimento e que um dia seria alguém que faria a diferença na sociedade.

Ao meu amado esposo Marcos Medrado e minha filha Sophia que sempre esteve ao meu lado mim apoiando em tudo.

À minha orientadora Ana Paula Romão, por todo conhecimento, crescimento profissional, paciência e carinho durante minha graduação.

Às minhas amigas que obtive aqui dentro, que sempre compartilharam de suas opiniões, com isso crescemos juntas.

A todos que contribuíram, direta e indiretamente, para que tudo que sonhei e batalhei, durante essa etapa que estar sendo concluída em minha vida.

*Ninguém ignora tudo. Ninguém
sabe tudo. Todos nós sabemos
alguma coisa. Todos nós
ignoramos alguma coisa. Por isso
aprendemos sempre.*

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo identificar as práticas educativas de combate ao preconceito racial na Escola de Ensino Fundamental Antônia do Socorro Silva Machado, através das narrativas dos docentes que atuam nesta escola quilombola. Procuramos, ainda, descrever estas práticas compreendendo suas relações com a educação das relações etnicorraciais e da educação do campo. A metodologia utilizada foi com abordagem qualitativa, aportes bibliográficos e de campo. Os resultados apontaram que as narrativas são consistentes em relação às práticas que foram fortalecidas pela Formação Continuada que a Escola desenvolve no combate ao preconceito racial e fortalecimento de uma educação das relações etnicorraciais que contempla ações voltadas para a cultura da comunidade quilombola.

Palavras chave: Pedagogia do campo. Preconceito racial. Formação docente.

ABSTRACT

This work aimed to identify the educational practices to combat racial prejudice in the School of Primary Education Antônia do Socorro Silva Machado, through the narratives of teachers who work in this quilombola school. We also try to describe these practices by understanding their relationship with the education of ethno-racial relations and rural education. The methodology used was qualitative approach, bibliographical and field contributions. The results pointed out that the narratives are consistent with the practices that were strengthened by the Continued Formation that the School develops in the fight against racial prejudice and the strengthening of an education of ethno - racial relations that contemplates actions aimed at the culture of the quilombola community.

Keywords: Pedagogy of the field. Racial preconception. Teacher training.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 A EDUCAÇÃO NO E DO CAMPO.....	13
3 A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA CONTRA O PRECONCEITO RACIAL.....	17
3.1 O QUE PODEMOS FAZER PARA COMBATER A DISCRIMINAÇÃO.....	18
4 A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A ATUAÇÃO NA ESCOLA DO CAMPO E NO COMBATE AO PRECONCEITO	21
4.1 A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A ATUAÇÃO NA ESCOLA DO CAMPO.....	21
4.2 A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A ATUAÇÃO NO COMBATE AO PRECONCEITO RACIAL.....	25
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	28
5.1 A HISTÓRIA DA ESCOLA QUILOMBOLA DE PARATIBE.....	28
5.2 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA.....	28
5.3 PESQUISA COM AS DOCENTES.....	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS.....	36

APÊNDICES

ANEXOS

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa está focalizada nos princípios da educação do campo e nas Diretrizes da Educação das Relações Etnicorraciais. Foi realizada em uma escola quilombola localizada em João Pessoa com o intuito de entender nas narrativas docentes as práticas de combate ao preconceito racial. Entendemos sê-la muito importante para a sociedade, porque as pessoas ainda não conseguem lidar com o preconceito racial, ele permanece enraizado há décadas e ainda muito presente em nosso meio. É lamentável saber que a sociedade pela a qual vivemos ainda seja preconceituosa, mesmo diante das leis de proteção dos direitos humanos sendo tão presentes em nosso meio social.

Vivemos em uma sociedade onde há muitas misturas de raças, onde existe diferentes cor de pele de cabelo, isso nos faz diferentes de outros países, deveríamos nos orgulhar por termos tantas misturas de raças, porém é lamentável saber que, muitas vezes, somos preconceituosos com o próximo, ou sentimos auto rejeição por não se aceitar de etnia negra. Muito triste viver em uma sociedade tão rica e ao mesmo tempo tão pobre em convivência com a diversidade cultural etnicorracial. Mas, acreditamos que isso irá mudar, precisamos de uma educação de qualidade com professores qualificados que possa trabalhar o combate ao preconceito racial em sala de aula, mostrando os valores que os seres humanos possuem.

O papel do professor é muito importante, mas, é necessário que o mesmo tenha uma visão diferenciada para que combata o preconceito etnicorracial. Sendo assim, é essencial fazer da educação um lugar de acolhimento, que promova a valorização da diversidade, o respeito e a tolerância entre todos.

A escola convive com diferentes tipos de preconceitos e intolerâncias e é necessário problematizar essa realidade e ter ações pedagógicas para realizar diferentes estratégias de superação desses preconceitos. Em 2009, a Fundação Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) realizou uma pesquisa sobre os preconceitos em 501 escolas públicas de todo o país.

Segundo os dados 99,9% das pessoas buscam manter distanciamento de algum grupo social (pessoas com deficiências, negros e negras, mulheres, indígenas, comunidade LGBT, camponeses etc), sendo que o estudo aponta, ainda, que 99,3% das pessoas tem algum tipo de preconceito (FERREIRA, 2013).

O preconceito etnicorracial está presente em toda a sociedade brasileira, devido os quatro séculos de latifúndio com o trabalho escravo de pessoas africanas ou descendentes de africanos arrancados de suas terras e trazidos à força para o Brasil.

Sendo assim, é de extrema importância combater o preconceito racial no campo, pois é um lugar de pouca informação, a discriminação é muito intensa não só para os negros, mas os indígenas, ciganos, ribeirinhos, quilombolas e etc. Onde muitos moram de favores com os fazendeiros que tratam como empregados, onde são submetidos a trabalhos pesados por um prato de comida, sofrem agressões físicas e psicológicas. Por vezes, sujeita o indivíduo a enfrentar barreiras que limitam ou bloqueiam suas condições de mobilidade social. Associa-os à pobreza e à miséria, banaliza situações graves de constrangimento e violação de direitos que levam à alienação e, no limite, à morte. Sendo assim, pessoas de origem camponesas sofrem caladas e ainda achando que estão errados, por falta de conhecimento, não sabem de seus direitos e deveres como cidadãos. Os fazendeiros aproveitam-se de sua fragilidade e tornam os como se fossem donos dos mesmos, fazendo-os seus escravos.

A motivação por esse tema surgiu, a partir de notícias e relatos na UFPB e através de jornais, onde passei a me interessar em saber mais sobre a história desse povo sofrido, pois meus pais são camponeses e analfabetos, portanto, me senti motivada a saber mais sobre os mesmos e procurar discutir algumas questões.

Acredito que será muito importante aprofundar mais sobre esse assunto, quero expressar aquilo que penso e aprender sempre além do esperado. O racismo é o inimigo de todos os trabalhadores e pessoas pobres, o mesmo

pode e deve ser combatido. Fazemos parte dessa luta juntamente com eles, para que possam se sentir mais fortes.

Nesse sentido, a questão norteadora desse estudo consiste em procurar responder: quais as práticas educativas de combate ao preconceito racial na Escola pesquisada?

Que teve como objetivos: Identificar as práticas educativas de combate ao preconceito racial na Escola pesquisada através das narrativas docentes; E descrever estas práticas compreendendo suas relações com a educação das relações etnicorraciais e da educação do campo.

Este trabalho foi realizado através de uma abordagem metodológica do tipo qualitativa contemplando a pesquisa bibliográfica, documental (análise do PPP) e pesquisa de campo. Os sujeitos da pesquisa foram duas docentes do ensino fundamental, anos iniciais, e o instrumento de coleta de dados foi o questionário com posterior análise descritiva. Entendemos esse tipo de pesquisa como sendo fundamental, pois articula uma triangulação de fontes (MINAYO, 2006).

Sendo assim, este Trabalho de Conclusão de Curso está dividido em cinco capítulos. Nesse primeiro capítulo focalizamos o tema, a justificativa social e pessoal, problema e objetivos e aspectos metodológicos. No segundo capítulo abordamos a discussão teórica sobre a educação do e no campo procurando definir, contextualizar, visibilizar a diversidade dos sujeitos do campo e entender o seu campo de atuação a partir das Diretrizes Operacionais. O terceiro capítulo abrange a discussão sobre a educação das relações etnicorraciais, em que buscamos entender alguns termos importantes para o debate sobre, preconceito racial, racismo e práticas de combate ao racismo. No quarto capítulo buscamos refletir sobre a formação de professores focada para atuação em escolas do campo e para o combate ao preconceito racial e, posteriormente, o capítulo da análise dos dados e, por fim, as considerações finais. Nesse sentido, buscamos realizar esse estudo na Escola de Ensino Fundamental Municipal Antônia do Socorro Silva Machado localizada em João Pessoa.

2 EDUCAÇÃO NO E DO CAMPO

Os povos do campo têm uma raiz cultural própria, um jeito de viver e de trabalhar, distinta do mundo urbano, e que inclui diferentes maneiras de ver e de se relacionar com o tempo, o espaço, o meio ambiente, bem como de viver e de organizar a família, a comunidade, o trabalho e a educação (CALDART, 2002, p. 16).

A Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 31 de Julho de 1998 foi de extrema importância para os povos do campo, sabemos que os mesmos sempre foram esquecidos, quando se trata de educação. É necessário que olhem para o campo e perceba o quanto essas pessoas precisam ser qualificadas, para que possam manter suas raízes, no lugar pelo o qual moram, sem necessitar ir pra zona urbana.

A prática da realidade é difícil quando olhamos os gráficos relacionados ao analfabetismo, percebemos quantas pessoas deixaram de estudar, porque precisavam trabalhar para sustentar a família, pois não tinham um incentivo governamental. Falo isso com muita firmeza, pois tenho exemplo familiar como meus pais que precisaram largar a escola para poder sustentar os filhos, pois dependiam literalmente do campo.

Nós, que trabalhamos por uma educação do campo temos dois grandes objetivos: Mobilizar o povo que vive no campo, com suas diferentes identidades, e suas organizações para conquista, construção de políticas públicas na área da educação e, prioritariamente, da escolarização em todos os níveis. Contribuir na reflexão- político pedagógico da educação do campo, partindo das práticas já existentes e projetando novas ações educativas que ajudem na formação dos sujeitos do campo. (CALDART, 2002, p.17)

Todos os povos que fazem parte do campo como: Os agricultores, os ribeirinhos, quilombolas, os atingidos por barragens, os indígenas, pescadores, os sem terra, boia fria e etc. Tem sofrido essas consequências diárias, no entanto, sabemos que a zona urbana necessita da produção dos povos do campo, é necessário investimento para que eles não saiam do seu lugar de origem em busca de melhoria, mas que essa melhoria chegue até eles, como escolas que atendam toda a população, docentes qualificados para

o campo, renovações pedagógicas e etc. De acordo com Caldart, é necessário e possível se contrapor a lógica de que escola do campo são escolas pobres, ignoradas e marginalizadas, numa realidade de milhões de camponeses analfabetos e de crianças e jovens condenados a um círculo vicioso: sair do campo para continuar a estudar, e estudar para sair do campo. Reafirmamos que é preciso estudar para viver no campo. Vamos continuar lutando para garantir que todas as pessoas do campo tenham acesso a educação pública e de qualidade em seus diversos níveis, voltada aos interesses da vida no campo (CALDART, 2002, p.18).

Ao longo da história os povos do campo sempre sofreram pela dignidade humana e afirmação de sua identidade, pois não há uma convicção de que sejam pessoas importantes para manter uma sociedade alimentada. Vivemos em uma sociedade egoísta, onde que a zona urbana depende dos mesmos para se alimentar, mas não valorizam, acham isso como uma obrigação. Segundo Roseli Salete Caldart:

[...] um dos traços fundamentais que vêm desenhando a identidade deste movimento por uma educação do campo é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito a educação, e a uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada a sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais. (CALDART, 2002, p.26)

Os povos que vivem no campo são vistos como pessoas sem educação, mas isso não é verdade, é necessário que haja investimento na educação, que mantenham suas raízes, para que não haja migrações da zona rural para a urbana, porque isso acontece pelo fato deles não terem um suporte que os ajudem. Roseli Salete Caldart afirma que, são os sujeitos da resistência no e do campo: sujeitos que lutam para continuar sendo agricultores apesar de um modelo de agricultura cada vez mais excludente; sujeitos da luta pela terra e pela Reforma Agrária, sujeitos da luta por condições de trabalho no campo; sujeitos por resistência na terra dos quilombos e pela identidade própria desta herança; sujeitos da luta pelo direito de continuar a ser indígena e brasileiro, em terras demarcadas e em identidades e direitos sociais

respeitados; e sujeitos de tantas outras resistências culturais, políticas, pedagógicas (2002, p.29).

Entendo que o professor é um grande mediador, um agente de transformação para o campo, sendo que o mesmo seja preparado para enfrentar as dificuldades que esses povos enfrentam, e haja uma adaptação, pois ao se deparar com as dificuldades que há no campo, muitos desistem ou até discrimina os povos que vivem lá. De acordo com Roseli Salete Caldart, o movimento por uma educação do campo vincula a luta por educação com o conjunto das lutas pela transformação das condições sociais de vida no campo; por isso em nossos encontros sempre temos a preocupação de fazer e ajudar os educadores e as educadoras a fazer uma leitura histórica da realidade mais ampla; e por isso defendemos que uma das suas tarefas é ajudar na organização do povo para que participe dessas lutas. (2002, p. 29-30).

Precisa-se de um olhar pertinente para os povos que vivem no campo, porque muitos migram do campo para a cidade, por falta de apoio, sentem-se esquecidos e inferiores pela sociedade. São discriminados pela sua forma de falar, são apelidados de jeca tatu, matuto, da roça e etc. Isso faz com que alguns saiam de suas origens em busca de mudança de vida, precisamos desconstruir a ideia de que o campo é lugar de atraso.

De acordo com Mônica Castagna Molina, a educação do campo que é indissociável da reflexão sobre a construção de um novo modelo de desenvolvimento, e de um novo papel para o campo neste modelo, deve trazer elementos que contribuam na construção dessa nova visão. Elementos que fortaleçam a identidade e a autonomia das populações do campo, e que ajudem o conjunto do povo brasileiro a compreender que a relação não é de hierarquia, mas de complementariedade: a cidade não vive sem o campo e vice versa. (2002, p.39)

A educação é o caminho da mudança, precisamos de investimento para as escolas do campo, percebemos que há muita falta de material nas escolas e quando vem muitas das vezes são os restos das escolas da cidade, isso é uma falta de respeito, pois eles também merecem o melhor para que se sintam valorizados. De acordo com Bernardo Mançano Fernandes (2002), a

educação do campo é um conceito cunhado com a preocupação de se delimitar um território teórico.

Nosso pensamento está pautado na defesa do direito que uma população tem de pensar o mundo a partir do lugar onde vive, ou seja, da terra em que pisa, melhor ainda: desde a sua realidade. Quando pensamos o mundo a partir de um lugar onde não vivemos, idealizamos um mundo, vivemos um não lugar. Isso acontece com a população do campo quando pensa o mundo e, evidentemente, seu próprio lugar a partir da cidade. Esse modo de pensar idealizado leva ao estranhamento de si mesmo, o que dificulta muito a construção da identidade, condição fundamental da formação cultural. (2002, p.97)

O Ministério da Educação solicita as Leis para que possamos ter uma segurança e base, para ajudar esses povos a lutar pelos seus direitos, pois precisam de uma vida digna e de muito respeito, A Câmara da Educação Básica – CEB, no cumprimento do estabelecimento na Lei nº 9131-95 e na Lei nº 9394-96- LDB, elaborou diretrizes curriculares para a educação infantil, o ensino fundamental e o médio, a educação de jovens e adultos, a educação indígena e a educação especial, a educação profissional de nível técnico e a formação de professores em nível médio na modalidade normal. (2002, p.48).

Art. 14. O financiamento da educação nas escolas do campo, tendo em vista o que determina a Constituição Federal, no artigo 212 e no artigo 60 nos atos das disposições Constitucionais Transitórias, a LDB, nos artigos 68, 69, 70 e 71, e a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Lei 9.424, de 1996, será assegurada mediante cumprimento da legislação a respeito do financiamento da educação escolar no Brasil. (2002, p. 86).

Dessa forma, a política educacional está ancorada na legislação, mas essa luta tem sido permanente pela sua efetivação e para que se aplique de acordo com as Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo (2004), embora no momento atual a gente esteja presenciando o fechamento de várias escolas do campo.

3 A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA CONTRA O PRECONCEITO RACIAL

A escola tem grande importância na sociedade, para ajudar as pessoas a se respeitarem melhor, vivemos em um país racista, nos tratam de acordo com a cor da nossa pele. As mesmas precisam fazer trabalhos pelo qual ajude as crianças e adolescentes a se respeitarem e crescerem juntas sem que haja preconceito no meio delas. De acordo com Cardoso (2005), e partindo das reflexões iniciadas pelo sociólogo Florestan Fernandes, “[...] a superação do racismo ainda presente em nossa sociedade é um imperativo. É uma necessidade moral e uma tarefa política de primeira grandeza. E a educação é um dos terrenos decisivos para que sejamos vitoriosos nesses esforços”. (2005, p.10).

Há uma grande necessidade da implementação de projetos que ajudem na conscientização da sociedade, na aceitação dos negros como pessoas iguais ao branco, ou pardo. Sabemos que há muitos anos, os negros sofrem com essa diferença por causa da cor da sua pele. De acordo com Ricardo Henrique e Eliane Cavaleiro (2005, p. 12):

[...] uma obra sobre a superação do racismo na escola será sempre um libelo contra uma das mais perversas formas de violência perpetradas cotidianamente na sociedade brasileira. A violência racial escolar atenta contra o presente deforma o passado e corrói o futuro.

Entendemos que vivemos em uma sociedade despreparada para conviver com diversas culturas diferentes, devido a isso se torna difícil à convivência entre as pessoas. Fazendo com que as mesmas entrem em conflito, precisamos de ajuda por parte dos nossos governantes para que seja implementados diversos matérias que ajudem nessa conscientização. De acordo com Kabengele Munanga:

Partindo da tomada de consciência dessa realidade, sabemos que nossos instrumentos de trabalho na escola e na sala de aula, isto é, os livros e outros materiais didáticos visuais e audiovisuais carregam os mesmo conteúdos viciados, depreciativos e preconceituosos em relação aos povos e culturas não oriundos do mundo ocidental (2005, p.15).

Percebemos que será uma luta contínua, que se perdurar por alguns anos, diante disso precisamos primeiramente de educadores com uma

mentalidade sem preconceito, que ajudem esses alunos a perceberem que somos todos iguais, independente de raças e que possamos fazer a diferença nessa sociedade. De acordo com Kabengele Munanga:

[...] apesar da complexidade da luta contra o racismo, que, conseqüentemente, exige várias frentes de batalhas, não temos dúvida de que a transformação de nossas cabeças de professores é uma tarefa preliminar importantíssima. Essa transformação fará de nós os verdadeiros educadores, capazes de contribuir no processo de construção da democracia brasileira, que não poderá ser plenamente cumprida enquanto perdurar a destruição das individualidades históricas e culturais das populações que formaram a matriz plural do povo e da sociedade brasileira. (2005, p.17).

E visível que durante os processos de construção da sociedade, os povos negros vêm sofrendo discriminações de diversas formas. Devido a isso a evasão tem sido frequente fazendo com que essas pessoas se tornem cada vez mais excluídas. O pesquisador sente-se desafiado, a tentar ajudar essas pessoas para que possam ser inseridas na sociedade. Porém não é tão fácil, pois todos os negros que se insolam da sociedade e porque um dia já sofreu discriminação racial. Munanga (2005) afirma que, se nossa sociedade é plural, étnica e culturalmente, desde os primórdios de sua invenção pela força colonial, só podemos construí-la democraticamente respeitando a diversidade do nosso povo, ou seja, as matrizes etnicorraciais que deram ao Brasil atual sua feição multicolor composta de índios, negros, orientais, brancos e mestiços.

3.1 O QUE PODEMOS FAZER PARA COMBATER A DISCRIMINAÇÃO

E difícil saber que vivemos em uma sociedade, onde o homem branco sempre teve mais valor que o negro, podemos perceber pelo os cargos importantes, dificilmente vemos um negro exercendo esses tipos de cargos. Portanto a educação ajudará alargar essa visão e ajudar os negros a crescer, juntamente com os brancos. De acordo com a pesquisadora Ana Célia da Silva a presença dos estereótipos nos materiais pedagógicos e especificamente nos livros didáticos, pode promover a exclusão, a cristalização do outro em funções e papéis estigmatizados pela sociedade, a auto rejeição e a baixa autoestima, que dificultam a organização política do grupo estigmatizado (SILVA, 2005, p.24).

Portanto, é muito preocupante perceber que a população de afrodescendentes ainda está entre os menos escolarizados, por isso, se faz necessário ajudar a inserir esses povos para que haja menos evasão escolar. Precisamos refletir sobre a pergunta: O que tem afetado seu desempenho? Portanto é necessário criar meios que envolvam e ajudem eles a serem aceitos na sociedade. Concordo com a fala de Ana Célia da Silva:

A presença do Movimento Negro, nessa tarefa, recontando a história do negro na África e no Brasil, desde a formação de grupos organizados há séculos, reivindicando educação para os negros por meio de manifestos, teatro, música e ação sistemática junto aos órgãos de ensino, não pode ser esquecida (SILVA, 2005, p.33).

Sabemos que há uma lei que protege os negros contra o racismo, porém a mesma não parece ser cumprida, e visível quantas pessoas negras sofrem preconceitos em lugares públicos como praças, shopping, parque e etc. As pessoas julgam apenas pela cor da sua pele. Diariamente percebemos esses acontecimentos mesmo a lei estando vigente, e difícil porque eles não aparentam ter proteção nenhuma.

De acordo com Antônio Olímpio, Quando um (a) aluno (a), professor ou professora, ou mesmo a administração, dentro ou fora da escola, da sala de aula, inadvertida ou propositadamente discrimina alguém, ele ou ela participa de uma prática que nasceu na Europa no século XV. E, desde então, tem gerado dor, tristeza, sofrimento e morte para milhões de seres humanos por causa da cor de sua pele ou devido à sua origem étnica. (2005, p. 40).

Quando os primeiros europeus desembarcaram na costa africana em meados do século XV, a organização política dos Estados Africanos já tinha atingido um nível de aperfeiçoamento muito alto. As monarquias eram constituídas por um conselho popular no qual as diferentes camadas sociais eram representadas. A ordem social e moral equivaliam à política. Em contrapartida, o desenvolvimento, incluída a tecnologia de guerra, era menos acentuado. Isto pode ser explicado pelas condições ecológicas, socioeconômicas e históricas da África daquela época, e não biologicamente, como queriam os falsos cientistas (MUNANGA, 1986, p. 8).

Percebemos que o negro e o índio, ao longo da sua história sofreram muito sendo escravizado pelos brancos, isso nos remete a pensar quantas pessoas foram mortas, devido aos brancos dominarem os mesmos, sentindo-se donos e fazendo-os de mercadoria. É lamentável imaginarmos o sofrimento

desses povos, durante muitos anos sem liberdade de expressão. Segundo Antônio Olímpio:

O racismo não surgiu de uma hora para outra. Ele é fruto de um longo processo de amadurecimento, objetivando usar a mão-de-obra barata através da exploração dos povos colonizados. Exploração que gerava riqueza e poder, sem nenhum custo-extra para o branco colonizador e opressor. O racismo entre os seres humanos foi surgindo e se consolidando aos poucos (2005, p.42).

O autor Sales Augusto nos remete lembrar, Por outro lado, no início do ano de 2003, o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, reconhecendo a importância das lutas antirracistas dos movimentos sociais negros, reconhecendo as injustiças e discriminações raciais contra os negros no Brasil e dando prosseguimento à construção de um ensino democrático que incorpore a história e a dignidade de todos os povos que participaram da construção do Brasil, alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional), sancionando a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. A Lei nº 9.394/96 passou a vigorar acrescida dos seguintes artigos: Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira.

§ 1ª - O Conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à História do Brasil. § 2ª - Os Conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira. Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como "Dia Nacional da Consciência Negra". (2005, p. 32- 33).

Sabemos que foi uma atitude honrosa com a população negra à medida do Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em revigorar essa Lei, pois esses povos precisam de estímulo para viver uma vida melhor, porque a cultura afro-brasileira não era reconhecida no Território Nacional. Portanto, a partir do momento que foi sancionada, todos puderam ter acesso e conhecer um pouco dessa cultura.

4 A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A ATUAÇÃO NA ESCOLA DO CAMPO E NO COMBATE AO PRECONCEITO

4.1 A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A ATUAÇÃO NA ESCOLA DO CAMPO

O campo necessita de professores qualificados, pois os povos que vivem no campo precisam ampliar seus conhecimentos de maneira mais eficaz, portanto as conferências vieram para ajudar os mesmos a definirem seus direitos e deveres, onde boa parte deles não tem conhecimento do que é seu por direito. Lembrando que os quem fazem parte do campo não são apenas os agricultores, mas incluem também os ribeirinhos, quilombolas, os atingidos por barragens, caiçaras, seringueiros e etc. Segundo Maria Fernanda:

[...] além de respeitar o conhecimento, a cultura, os saberes e o modo de produção do ambiente. Procurou, assim, apontar ações para a escola do campo, de forma que se compreendesse que o povo tem o direito de estudar no lugar onde vive, sobrevive, mora e trabalha. (2010, p.208).

A educação do campo sempre foi esquecida pelos os órgãos responsáveis por ela, fazendo das mesmas pessoas leigas pela a qual ficam fácil deles manipularem e manterem seus cargos políticos, portanto nas eleições se fazem de amigos dos povos do campo para ganharem seus votos com promessas não cumpridas, fazendo com que o campo cada vez mais seja lugar de atraso. Concordo, ainda, com a fala de Maria Fernanda:

[...] em busca de fazer cumprir os dispositivos constitucionais e de buscar a legitimidade, o reconhecimento e a efetivação de direitos subjetivos negados à educação da população rural; porque, embora a legislação determinasse a educação como direito subjetivo e dever do Estado, a escolarização da população rural ainda estava em situação de desvantagem e de desigualdade em relação à apresentada na área urbana. (2010, p. 211).

O campo sempre necessitou de professores qualificados, que gostem do campo, e não atuem apenas por necessidade ou obrigados. O campo necessita de professores comprometidos que ajudem os jovens a manterem-se na escola, pois o mesmo sempre foi um lugar com alto índice de analfabetismo, muitos deixam a escola para poder trabalhar e ajudar no

sustento da família, passando-se a juventude, não terão mais forças para voltar à escola, com isso o campo vai tornando um lugar de atraso. De acordo com Maria Fernanda “Há demanda de professores com conhecimentos, encaminhamentos didáticos e interesses sobre as necessidades de aprendizagem e de produção de conhecimento do povo do campo”. (2010, p.. 211).

Sabemos que os professores foram pouco preparados para atuar no campo, e muitos eram obrigados a ir sem vontade, sem preparo, com salários inferiores, isso fez com que o campo fosse visto como lugar de atraso. Porque os povos que vivem lá muitos tem orgulho da sua terra, sua cultura, e necessitam de professores que ajudem eles a manterem isso. Concordo com Roseli Salete Caldart:

A educação do campo tem se desenvolvido em muitos lugares através de programas, de práticas comunitárias, de experiências pontuais. Não se trata de desvalorizar ou de ser contra estas iniciativas porque elas têm sido uma das marcas de nossa resistência. Mas e preciso ter clareza de que isto não basta. A nossa luta é no campo das políticas públicas, porque esta e a única maneira de universalizarmos o acesso de todo povo a educação. (2002, p.26 – 27)

É de extrema importância que o professor do campo possua o mesmo conhecimento que os povos que vivem lá, para que ele seja aceito e para ganhar a confiança dos mesmos. É necessário que ele esteja preparado, goste e conheça a história do lugar, pelo o qual irá atuar, tenha uma interação com as pessoas e etc. Portanto, o professor e o mediador precisam se preparar para que possa fazer seu trabalho com qualidade. Maria Fernanda, explica também, que:

[...] assim, compreende-se que os saberes da docência, através das experiências da vivência do cotidiano (saberes de experiência), fruto da relação com meio social e geográfico; bem como os saberes das experiências, que se dão a partir da prática e do cotidiano na relação com atividades docentes, possibilitam a reconstrução e a formação do sujeito docente. (2010, p. 218).

Sempre houve resistência por parte dos professores, para não atuar no campo, pois sabem das dificuldades que irão enfrentar, não terão a

mesma zona de conforto que na cidade, terão que se adaptar a uma nova rotina de vida. Sendo assim muitos desistem, até mesmo de atuar como professor, fazendo com que aqueles que atuam passam muitos anos no mesmo lugar, fazendo com que viva em uma rotina diária, onde às vezes não fazem o que de fato deveria fazer para mudar a população. Segundo Fernanda:

[...] entretanto, salienta a necessidade, quando se trata da formação de professores, de uma mudança, sem desmerecer os conteúdos científicos para a construção do conhecimento posto em práticas, ligado às experiências, na interação e no contexto vivido por alunos e professores, em uma dinâmica que precisa ser facilitada mediante práticas pedagógicas reflexivas. (2010, p.222).

No campo é necessário que o professor faça a ligação de conteúdos científicos e prática, para que haja um crescimento contínuo sem deixar sua vivência. Sabemos que é difícil professores que nunca viveram no campo fazer essa ligação, portanto há uma grande necessidade do professor como mediador ter a prática do campo. De acordo com Fernanda:

[...] nessa perspectiva, a formação atual não contempla as necessidades do paradigma da educação do campo. Isto porque ainda se pauta na perspectiva da negação dos saberes da experiência dos professores do campo em detrimentos a outros saberes considerados hierarquicamente superiores. (2010, p.222).

É importante que o professor tenha conhecimento e acredite que através da educação é a prática, ele transformará o sujeito e promoverá a sua conscientização político-social, e que o letramento acontece tanto dentro, quanto fora, da escola, onde fará toda a diferença de uma população. A fala de Maria Fernanda nos revela ainda que:

[...] a mudança de paradigma de educação rural para educação do campo não se traduz de forma tão simples, uma vez que necessita de transformações estruturais. É um novo pensar sobre a educação do campo para o qual nem os sistemas de ensino, nem os currículos, nem as escolas e nem os docentes estão preparados. É suscitado um novo professor, ou melhor, educador. (2010, p.223).

Os órgãos responsáveis pela educação deveriam preparar melhor os professores, principalmente os que são enviados para o campo, pois o mesmo

irá viver uma nova realidade de vida, totalmente diferente da que ele vive na área urbana. Ele enfrentará diversas dificuldades e para ser aceito pelo os povos do campo, necessitará ter muita humildade e se adaptar a viver como eles vivem.

[...] pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país [Conforme o art. 2º, parágrafo único CNE/CEB, 2002]. (BRASIL, 2002).

A sociedade camponesa precisa-se de mais conscientização, pois somente uma educação de qualidade fará essa transformação no meio deles. Sabemos que o campo sempre foi um lugar esquecido, de atraso justamente porque nunca tiveram a preocupação com a aprendizagem desses povos. Devido a isso, muitos jovens para garantir um futuro um pouco mais digno, acabam migrando para a cidade em busca de novos conhecimentos. Isso é muito preocupante, porque a cidade depende do campo para sobreviver, e essa migração irá diminuir os povos do campo.

De acordo com Maria Fernanda:

Decorridos quase dez anos da Conferência de Luziânia, os movimentos sociais do campo continuam na luta para que os sistemas de ensino discutam um currículo para a área rural que não seja adaptado da área urbana e que a formação de professores: inicial, continuada ou em serviço, não reproduza o currículo da área urbana, na rural; que a formação de professores não se pautem na fragmentação do conhecimento, nas particularidades das disciplinas e na negação da realidade, da história e da luta do povo da área rural. (2010, p. 209).

E, nessa luta, por um currículo contextualizado com os povos do campo e por uma educação antirracista há também uma necessidade de realizar uma mudança de postura frente aos preconceitos e aprender mais com as práticas culturais dos sujeitos do campo, entre eles, os povos quilombolas que resistiram ao sistema escravocrata através de lutas pela liberdade.

4.2 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A ATUAÇÃO NO COMBATE AO PRECONCEITO RACIAL

Vivemos em uma sociedade, que, culturalmente, o preconceito está enraizado no meio das pessoas, e o racismo por vezes fica camuflado, devido ao processo do chamado Mito da Democracia Racial¹ e isso torna mais difícil combater o preconceito racial, o racismo e a discriminação. Porque é algo que foi gerado há muitos anos, e essa responsabilidade chega ao professor, para que o mesmo possa criar maneiras de mudar esse pensamento errado. De acordo com Nilma Lino Gomes:

[...] Entre os processos culturais construídos pelos homens e pelas mulheres na sua relação com o meio, com os semelhantes e com os diferentes, estão às múltiplas formas por meio das quais esses sujeitos se educam e transmitem essa educação para as futuras gerações. É por meio da educação que a cultura introjeta os sistemas de representações e as lógicas construídas na vida cotidiana, acumulados (e também transformados) por gerações e gerações. (2003, p.170).

O professor pode ser um grande aliado para ajudar a combater o preconceito racial, porém é necessário que ele também seja combatido por grupos culturais, ONGs, igrejas e etc. Porque é necessário à ajuda de todos para ser trabalhada a identidade desde criança até a fase adulta para que seja passado de geração pra geração. Concordo com a fala de Nilma L. Gomes:

[...] A escola é vista, aqui, como uma instituição em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares, mas, também, valores, crenças e hábitos, assim como preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade. É essa visão do processo educativo escolar e sua relação com a cultura e a educação — vista de uma maneira mais ampla — que nos permite aproximar e tentar compreender melhor os caminhos complexos que envolvem a construção da identidade negra e sua articulação com os processos formativos dos professores e das professoras. É também essa visão que nos possibilita compreender a presença da dimensão educativa em

¹ O Mito da Democracia Racial foi constituído através de uma visão direcionada pelo Estado Brasileiro que no Brasil não havia racismo e que a miscigenação foi fruto de um processo pacífico. A constituição desse “Mito” foi fruto da destruição da documentação referente ao processo escravocrata, no Pós-abolição, para que o Estado não incluísse a população negra em nenhuma política de distribuição de terras ou outro tipo de reparação social. Essa visão romaneada de não haver violência racial foi amplamente divulgada através da obra Casa Grande e Senzala de Gilberto Freyre (GOMES, 2003).

diferentes espaços sociais e não somente no interior da escola.
(2003, p. 170 - 171)

Acreditamos que se todos os tipos de identidade, fosse trabalhada primeiramente pela família e depois sucessivamente, viveríamos em uma sociedade melhor, teriam uma concepção de vida diferente, e as novas gerações iriam crescendo e se adaptando. Além disso, Gomes reflete que:

[...] Assim, como em outros processos identitários, a identidade negra se constrói gradativamente, num processo que envolve inúmeras variáveis, causas e efeitos, desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo, em que os contatos pessoais se estabelecem permeados de sanções e afetividade e no qual se elaboram os primeiros ensaios de uma futura visão de mundo. Geralmente tal processo se inicia na família e vai criando ramificações e desdobramentos a partir das outras relações que o sujeito estabelece. (2003, p.171)

Vivemos em uma sociedade racista que nos avaliam pela cor da nossa pele, pelo cabelo se é liso ou crespo, olhos se são claros ou escuros, pela roupa que vestimos e outros. É lamentável, pois poderíamos viver de forma mais humana e igualitária, mas enquanto não for combatido tamanho preconceito iremos sofrer suas consequências. A fala de Nilma Lino nos faz pensar de forma mais objetiva:

[...] Porém, existem outros espaços em que o cabelo é visto numa perspectiva de revalorização. São eles: os contextos familiares em que se preserva a memória ancestral africana, alguns espaços da militância política, os salões étnicos, entre outros. Essa revalorização extrapola o indivíduo e atinge o grupo étnico/racial a que pertence. Ao atingi-lo, acaba remetendo, às vezes de forma consciente e outras não, a uma ancestralidade africana recriada no Brasil. (GOMES, 2003 p.173),

Nesse intuito, a Formação Docente para a atuação no tema das relações raciais necessitam de uma parceria constante entre especialistas do tema e do Movimento Negro, e do movimento comunitário em diálogo constante com a escola.

[...] Portanto a formação continuada tem como foco a história da África e das populações negras e indígenas no Brasil; regiões afro-brasileiras e indígenas, culturas afro-brasileiras e indígenas; Literaturas Afro-brasileira, africanas e indígenas; além de oficinas com os líderes comunitários e profissionais da área, somando-se a aulas de campo em outros quilombos da Paraíba. A coordenação do Projeto é do professor doutor

Valdeci Ferreira Chagas (UEPB), e a coordenação do mesmo em nossa escola são do professor José Elson de Carvalho Lira. Já aconteceram seis encontros de formação no ano corrente de 2016 e ainda estão previsto mais dez eventos, o que totalizará mais de setenta horas-aula de conhecimento teórico e prático, construído ou transferido (MACHADO, PPP, 2017, p.36).

O PPP da Escola Antônia do Socorro Silva Machado, nos ajuda a visualizar que em algumas escolas vem sendo trabalhado o combate ao preconceito racial, e tem ocorrido uma continuidade do mesmo. A Formação inicial e continuada constitui o caminho. Porém, esses conhecimentos teóricos e práticos precisam ser expandidos, pois outras escolas, muitas vezes, não sabem dessas informações, e nem participam de formação. Por isso, esses saberes constituídos que proliferam nessa escola e em outras escolas quilombolas precisam acontecer em todo Território Nacional.

5 ANÁLISE DOS DADOS

5.1 A HISTÓRIA DA ESCOLA QUILOMBOLA DE PARATIBE

A Escola de Ensino Fundamental Municipal Antônia do Socorro Silva Machado foi fundada no ano de 1972, e recebeu o nome da sua fundadora, que lhe concedeu o terreno e também as primeiras paredes no sítio Paratibe.

Dona Antônia morou e viveu em Paratibe, seu pai Olavo (1905 - ?) foi uma referência em Paratibe, sua família teve muita influência sobre os processos de uso, apropriação e negociação das terras. Nos anos 1950/60, era Olavo um dos que organizava o espaço territorial.

Durante muito tempo em Paratibe, D. Antônia foi à única professora, sendo responsável pela escolarização de muitas crianças, jovens e adultos, conforme aponta Joseane Pereira líder da Comunidade Quilombola de Paratibe.

Segundo relatos de integrantes da comunidade, D. Antônia faz a doação do terreno onde atualmente funciona a escola que ela ajudou a fundar, sendo inaugurado como grupo escolar 1972, com o nome de Grupo Escolar Municipal José Peregrino de Carvalho, no Governo Estadual de Ernani Sátyro (1971-1975), sendo obra da Gestão Municipal do prefeito Dorgival Terceiro Neto (1971-1974), tendo inicialmente quatro salas, uma diretoria, uma cantina e duas salas de aulas. Dona Antônia exerceu várias funções na escola, conforme Lima (idem, 53). Ela tinha a função de secretária e o cargo de diretora, foi nomeada no início, para exercer o cargo de secretária, com o número de matrícula 0038 e admitida em 04 de Março de 1954 (SOCORRO, PPP da Escola, 2016).

5.2 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A escola foi construída no Território Quilombola atendendo a sua população em idade educacional. Assim como a comunidade do Sítio Muçumagro, Praia do Sol, Praia Barra de Gramame, Nova Mangabeira, Parque do Sol e o Conjunto Sonho Meu.

Atualmente, a escola possui uma estrutura com 13 salas de aula, onde são comportados 1500 alunos, sendo que 315 são remanescentes quilombolas, os demais pertencem aos bairros que cresceram ao seu redor. A escola oferece três seguimentos educacionais: Fundamental I, Fundamental II e EJA Alfabetização, Ciclos I, II, III, e IV.

ESTRUTURA FISICA DA ESCOLA

Nº 13	Salas de aula
Nº 01	Laboratório de informática
Nº 01	Biblioteca
Nº 01	Sala de direção climatizada
Nº 01	Sala de professores
Nº 01	Sala para especialistas
Nº 01	Sala de atendimento educacional especializado
Nº 01	Cantina
Nº 01	Refeitório
Nº 17	Banheiros
Nº 01	Secretária
Nº 01	Ginásio poli esportivo
Nº 01	Jardim frontal
Nº 01	Almoxarifado com dois ambientes
Nº 01	Quarto de deposito de materiais
Nº 01	Estacionamento com pouco espaço

As modalidades de ensino que a escola oferece são: Ensino Infantil, Ensino Fundamental I e II, Educação de Jovens e Adultos (EJA), com Ciclos I, II, III e IV, nos turnos da manhã, tarde e noite.

Projetos que a escola oferece:

Quilombolas
Evasão e repetência: olhar na escola e suas interfaces
Mais Educação
Alimentação Saudável
Gincana junina e jogos

Fonte: SOCORRO, Antônia. PPP da Escola, 2016.

A escola conta, ainda, com um intenso movimento por parte de vários docentes, da gestão e de parcerias, uma delas com a Universidade Estadual da Paraíba para contemplar a Formação Continuada e outra mais recente com o Curso de Pedagogia, com área de aprofundamento na educação do campo,

para realizar o Projeto de residência Pedagógica. Essas experiências se somam a do trabalho de docentes que estudam a temática da história e cultura da África para formarem uma permanente comunicação com a comunidade quilombola e adjacências que vivem de uma economia voltada para a subsistência da agricultura frutífera, e da pesca. Portanto, a escola tem sido acolhedora de inúmeros projetos.

5.3 PESQUISA COM AS DOCENTES

Inicialmente, sobre o perfil docente podemos afirmar que as duas docentes entrevistadas são do sexo feminino. O que reflete a realidade do magistério brasileiro. Podemos perceber que nas escolas a maioria dos professores principalmente infantil, a maioria é do sexo feminino. Onde muitas vezes os pais dos alunos nos ver não apenas como professoras, mas nos remete uma responsabilidade ainda maior, de cuidar de seus filhos como tesouros que não podem cair. Segundo Paulo Freire, 1997 o processo de ensinar, que implica o de educar e vice-versa, envolve a “paixão de conhecer” que nos insere numa busca prazerosa, ainda que nada fácil. Por isso é que uma das razões da necessidade da ousadia de quem se quer fazer professora, educadora, é a disposição pela briga justa, lúcida, em defesa de seus direitos como no sentido da criação das conceições para a alegria na escola, um dos sonhos de Snyders. 2 Recusar a identificação da figura do professor com a da tia não significa, de modo algum, diminuir ou menosprezar a figura da tia, da mesma forma como aceitar a identificação não traduz nenhuma valoração à lei. Significa, pelo contrário, retirar algo fundamental do professor: sua responsabilidade profissional de que faz parte a exigência política por sua formação permanente. (1997 pág-9)

Quanto à procedência geográfica, ambas são oriundas da origem urbana, sendo que uma é proveniente da cidade de Logradouro – PB e outra de João Pessoa-PB. Ou seja, uma da capital, cujo lugar é focado em questões mais urbanocêntrico e o a outra de uma cidade pequena localizada a 135 km equivalente a 2 horas de viagem da capital.

Quanto ao quesito raça e etnia os dados revelaram que ambas se autodeclararam ser negra e de faixa etária próxima, sendo uma de 44 anos e a outra educadora com 50 anos. O que nos remete a dados simbólicos, que é ter duas mulheres negras educadoras que trabalham a sua identidade de forma afirmativa quanto ao quesito racial.

No quesito Formação Educacionais ambas possuem graduação completa, sendo que uma delas já cursou pós-graduação em “Gênero e Diversidade na Escola”. Sendo uma Pedagoga e a outra administradora de empresas, ou seja, uma possui formação na área outra não.

SEGUNDA PARTE – Questões sobre a pesquisa

QUADRO 1 – Em sua formação inicial ou continuada estudou sobre os conteúdos de educação etnicorracial	
DOCENTE A	“Sim, é a educação que está em conformidade com a lei atual 11. 645/08, que traz a obrigatoriedade da troca de conhecimentos históricos e atuais entre negros, índios, brancos etc.”.
DOCENTE B	“Sim, valorização e reconhecimento do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro e indígena e da diversidade da nação”.

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora em abril de 2019.

Percebemos que os docentes **A** e **B** possuem conhecimento de conteúdos e da legislação mais atual que modificou a LDB (9394/96), quando a docente **A** cita a legislação 11.645/08. “No mesmo intuito, a docente B focaliza a discussão etnicorracial enquanto ‘patrimônio histórico e cultural’ demonstrando que essa perspectiva possibilita uma visão alargada sobre essa temática.

QUADRO 2 – Já presenciou algum tipo de preconceito racial no ambiente escolar	
DOCENTE A	Sim, entre estudante foi o mais recorrente, no entanto também presenciei entre funcionário (a) e aluno (a).
DOCENTE B	Sim, como professora tem presenciado desde depoimentos dos próprios alunos, onde em suas falas

	deixam escapar frases do tipo: Negro não tem valor.
--	---

Fonte: Idem.

Os comentários das docentes **A** e **B** nos remete pensar o quanto o preconceito ainda é visível, a docente **A** relata que presenciou mais frequentemente entre estudantes, mas também entre funcionários. Quanto a docente **B**, também tem presenciado através dos depoimentos frases racistas, isso nos faz pensar o quanto se precisa urgentemente de uma mudança para que seja tirada essa raiz racista que existe em nosso meio.

QUADRO 3 – Em sua prática de ensino e aprendizagem existe alguma direcionada para o ensino da educação étnico – racial	
DOCENTE A	Sim, aqui na escola temos o projeto quilombola, o que nos permite em cada bimestre trabalhar uma temática, como: identidade, cultura, territorialidade e etc.
DOCENTE B	Sim, a Escola Antônia do Socorro vivencia um projeto, intitulado: a saberes e fazeres Afro-brasileiros, que é desenvolvido durante todo o ano na escola...

Fonte: Idem.

Vejamos que nos comentários das docentes, relacionada ao ensino da educação étnico – racial, a docente **A** confirma que existe projetos, e os mesmos são trabalhados em todos os bimestres temáticas diferentes. E a docente **B**, também confirma que os mesmos são desenvolvidos durante todo o ano letivo na escola. Esperamos que a escola dê continuidade nesses projetos, para que o preconceito racial seja combatido diariamente.

QUADRO 4 – O Projeto Político Pedagógico contempla estratégias sobre a educação etnicorracial	
DOCENTE A	Sim, temos a formação continuada nossa escola, a qual é personalizada para trazer saberes que esteja conectada com a nossa vivência diária.
DOCENTE B	Sim, a efetivação do ensino de história e cultura afro

	brasileira e africana, segundo a Lei 106.639/2003; Formação continuada de professores busca da mesma temática.
--	--

Fonte: Idem.

Percebe-se que as docentes **A** e **B**, relatam que a escola trabalha no seu projeto político pedagógico, onde a docente **A** relata que e trabalhada a formação continuada, onde são tratados de assuntos que estejam relacionadas à vivência dos mesmos. A docente **B** confirma que são trabalhadas temáticas de acordo com a Lei 106.639/2003. Percebemos que a escola tem focado no combate ao preconceito racial que estar enraizado no cotidiano da sociedade, esperamos que a mesma tenha excelentes resultados.

QUADRO 2 – Em relação à semana da consciência negra, de que forma você participa das atividades.	
DOCENTE A	Essa é uma data aqui na escola que já está agendada anualmente entre a comunidade quilombola e a nossa escola, onde todo trabalhos realizados por professores e estudantes aqui, são apresentados na comunidade.
DOCENTE B	O nosso projeto” Saberes e Fazeres Afro-brasileiros culmina com a semana de Consciência Negra”. Atividades multidisciplinares são resgatadas, artes, história, português (danças, músicas, poesias, rodas de conversas).

Fonte: Idem.

Em relação à semana da Consciência Negra, as docentes **A** e **B** estão presentes. Portanto a docente **A**, confirma em sua fala que a escola trabalha anualmente, onde todos participam como docentes, estudantes e a comunidade. A docente **B** relata que outros projetos são trabalhados nessa mesma semana, onde atividades multidisciplinares são resgatadas juntas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fazer esta discussão, finalizo com muita gratidão por ter aprendido mais e contribuído com informações que precisam ser colocadas em práticas e não ficar apenas na teoria. Temos um desafio diário, ao formar as novas gerações, com uma mentalidade diferente, para que possam teorizar a simultaneidade.

Este trabalho teve como objetivos Identificar as práticas educativas de combate ao preconceito racial na Escola pesquisada através das narrativas docentes; E descrever estas práticas compreendendo suas relações com a educação das relações etnicorraciais e da educação do campo. Consideramos que atingimos esses objetivos, mas que há uma necessidade de continuar em novos estudos acerca dessa temática.

Precisamos contribuir com o combate e ampliar a reprodução das desigualdades raciais no Brasil. Precisamos ajudar no combate das atitudes e dos comportamentos racistas, que presenciamos em escolas, na rua, no trabalho, na família e etc. Assim como as questões da educação no e do campo, que ganharam leis específicas, porém, a efetivação ainda é muito difícil, diante de diversos problemas encontrados, tais como falta de estrutura e qualificação do profissional para atuar nas escolas rurais. Pois, o mesmo precisa-se sentir seguro e preparado antes de ser enviado, porque sabemos que irá enfrentar muitos desafios.

A educação relacionada ao preconceito racial ainda é um desafio, pois essa deve ter como objetivo primordial a formação de cidadãos, com uma visão bastante ampla quando se trata das condições de igualdade. Portanto no que diz respeito aos direitos sociais, políticos e econômicos, muitas vezes não são aplicados na prática. Isso nos remete a pensar, que a escola tem papel primordial nesse sentido, no entanto cabe aos estabelecimentos de ensino estimular a discussão de questões sobre as contribuições dos diferentes povos

que formam o povo brasileiro, valorizando as diversas raças e etnias presentes no território brasileiro.

Quando pensamos toda essa problemática à educação no e do campo, o desafio se torna ainda maior, pois são questões que foram historicamente negadas e que atualmente vem ganhando força, através de movimentos sociais, e de algumas instituições de ensino que já tem essa visão. Uma vez que há discursos que se encontra a violência gerada pelo preconceito e discriminação na sociedade, tem sido causa de muitas manifestações e ações contrárias e esses fatos. No entanto, deve-se verificar a necessidade de práticas pedagógicas que possibilitem a discussão de estratégias de ação que visem à superação de atitudes preconceituosas com qualquer pessoa ou grupo, uma vez que as questões de desigualdade étnica orientam para a necessidade do resgate da identidade desses grupos a fim de que possa ultrapassar as ideologias racistas vivenciadas nas escolas.

A aplicação da Lei n. 10639/03, ajudará os docentes a concretizar essas práticas racistas ainda existentes em nossa sociedade. Portanto e necessário que os mesmos sejam preparados para coloca-la em prática, através de projetos e atividades que abordem esses temas.

É de extrema importância que, consideramos mesmo com todas as ações e melhoras alcançadas, devemos ampliar a compreensão e ajudar em ações que promovam a educação do/no campo, a partir, também, de um olhar direcionado às questões etnicorraciais promovendo, de fato, uma educação de qualidade social. Portanto, precisamos de políticas públicas que venham de fato, ajudar tais problemas e não apenas que camuflam a verdadeira necessidade de mudança na estrutura social vigente e que sejam permanentes.

Ao finalizar esse trabalho, preciso fazer algumas indagações para que venha ajudar outras pessoas a refletir e sentir o desejo de mudança para nossa sociedade. Que questões ainda nos atormentam quando se trata das Leis? Que desafio ainda tem de enfrentar para educação das relações etnicorraciais? O que podemos fazer para combater o racismo no/do campo? Que método seria mais correto para produzir conhecimentos do interesse das identidades?

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9394/96, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm> Acesso em: 03/04/2019.

BRASIL. **Lei 10.639/2003,** de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

CALDART, Roseli Salete. **Por uma Educação do campo.** Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. (Coleção Por uma Educação do Campo, n. 5).

CAVALLEIRO, Eliane. **EDUCAÇÃO ANTI RACISTA:** caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03. Brasília: Mec Bid Unesco, 2005.

FERREIRA, A.P.R. de S. A Pedagogia das Diversidades Culturais: inquietudes acadêmicas na/da produção científica. In.: ARAGÃO, W. H.; FERREIRA, A. P. R. de S.; LIMA, N. M (Orgs.). **Afroeducação.** João Pessoa: Ed. Universitária, 2013.

FREIRE, Paulo. **Professora sim tia não:** cartas a quem ousa ensinar. 1997. ed. São Paulo: Olhodágua, 1997.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. **Educação do campo:** Identidade e Políticas Públicas. Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. 133 p. (Coleção Por uma Educação do Campo, n. 4).

LINO, Nilma. **Educação, identidade negra e formação de professores/as:** um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. Minas Gerais: Educação e Pesquisa, São Paulo, V.29, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento científico:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 2006.


MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola.** Brasília: Cdu, 2005.

SANTOS, Maria Fernanda dos. **Educação do campo e a formação de professores:** construção de uma política educacional para o campo brasileiro. 2010. ed. Recife: Ci. & Tróp., 2010. 226 p. Disponível em: <<https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/868/589>>. Acesso em: 20 de março de 2019.

SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da discriminação no livro didático. In.: MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília: Cdu, 2005.

SOCORRO, Antônia. **Projeto Politico Pedagógico**: promovendo a igualdade. 2016. ed. Joao Pessoa: Prefeitura Municipal de Joao Pessoa, 2016.

APÊNDICE

	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB CENTRO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS I</p> <p>CURSO DE PEDAGOGIA (ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO)</p>
---	---

QUESTIONÁRIO

Caríssimo/a professor/a, este instrumento faz parte de um processo de pesquisa e tem como objetivo coletar dados e realizar análise das informações, visando contribuir para construção do nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Desde já, agradecemos a sua colaboração. Salientamos, ainda, que as informações aqui prestadas não serão reveladas para outro fim, que não seja, o da pesquisa científica e que o seu nome não será revelado, conforma a norma ética 136, da legislação vigente do Conselho de Ética, de nossa instituição.

1ª PARTE – PERFIL DO DOCENTE

GÊNERO

Sexo () Masculino () Feminino

PROCEDÊNCIA GEOGRÁFICA (Origem)

() Urbana () Rural

Naturalidade: _____

RAÇA/ETNIA

() Branca () Negra () Parda () Amarela (asiática) () Indígena

FAIXA ETÁRIA

Quantos anos você tem? _____

QUAL A SUA FORMAÇÃO ESCOLAR?

() Médio incompleto

() Médio completo

- () Superior em andamento
 () Superior completo
 () Outro _____

**SE ESTÁ CURSANDO OU JÁ CONCLUIU UM CURSO SUPERIOR.
 RESPONDA:**

QUAL(IS) CURSO(S) TERMINOU OU ESTÁ TERMINANDO _____

2ª Parte - QUESTÕES SOBRE A PESQUISA:

1. Em sua formação (inicial e/ou continuada) você estudou sobre os conteúdos de Educação étnico-racial ?

() Sim () Não. Se sim, o que você compreende sobre a educação étnico-racial? _____

2. Já presenciou algum tipo de preconceito racial no ambiente escolar?

() sim () não

3. Se, sim, poderia relatar:

4. Em sua prática de ensino e aprendizagem existe alguma direcionada para o ensino da educação étnico -racial?

() sim () não

5. Se, sim, Quais?

6. O Projeto Político Pedagógica contempla ESTRATÉGIAS sobre a educação étnico-Racial ? Quais?

-
-
7. Em relação à Semana da Consciência Negra, de que forma você participa das atividades:

Termo de Consentimento Informado

Eu, _____
RG _____, concordo em participar da pesquisa intitulada **ESTRATÉGIAS DE COMBATE AO PRECONCEITO RACIAL NO AMBIENTE ESCOLAR**, parte integrante do Trabalho de Conclusão de Curso da aluna de Pedagogia/Educação do Campo, LUZINETE RODRIGUES MEDRADO. Como depoente, autorizo o uso dos dados do questionário escrito.

Assinatura do (a) participante







ANEXO B – METAS DA ESCOLA

<p>Metas administrativas</p>	<p>Limitar nas salas de aula o número de alunos conforme as diretrizes municipais de ensino; Adequar o regimento e o currículo da escola de acordo com a Lei 10639/03; Reivindicar a Secretária Municipal de Educação, a ampliação para atender os três turnos da escola; Ampliar os espaços de participação das famílias da comunidade.</p>
<p>Metas pedagógicas</p>	<p>Promover práticas e ações que levem em consideração o processo de ensino-aprendizagem dos conteúdos pertencentes ao currículo oficial e específico quilombola; Cada professor deve implantar no mínimo uma vez por semana uma prática circular em sala de aula; Garantir aos professores apoio pedagógico efetivo, por meio de mais profissionais capacitados, que dêem suporte didático-pedagógico de qualidade, pontuando nos planejamentos as reais necessidades do corpo discente e docente; Construir e estruturar um currículo quilombola; Produzir material teórico e didático, fomentando a pesquisa e o crescimento intelectual da equipe; Realizar formação continuada específica para a realidade afro-brasileira e quilombola.</p>
<p>Metas extensionistas</p>	<p>Elevar a participação da família através de atividades integrativas; Ampliar o acesso de organizações e grupos externos na execução de atividades temáticas; Reduzir em no mínimo 50% o índice de repetência; Diminuir em no mínimo 40% o índice de evasão nas turmas da EJA e 15% nas do fundamental II; Promover a cultura de paz e da tolerância, combatendo a violência</p>

	física e simbólica na escola.
Metas culturais/ de eventos	<p>Realização de uma mostra cultural quilombola;</p> <p>Incentivo ao protagonismo e exposição de talentos artísticos dos/das estudantes;</p> <p>Produção de vídeos para a formação da educação e identidade afro-brasileira. Que serão: uma releitura do clip Mama África, de Chico César, e um documentário resgatando a história da comunidade;</p> <p>Ampliar a participação da comunidade nos eventos da escola;</p> <p>Promover a visitação cultural dos alunos a outras comunidades escolares e espaços urbanos e rurais;</p> <p>Registrar e gravar as músicas que foram produzidas pelos membros da comunidade escolar;</p> <p>Criar uma identidade visual para a escola;</p> <p>Ampliar a musicalidade nas reuniões da escola.</p>
Metas estruturais/ arquitetônicas	<p>Construção de um anfiteatro para atividades artísticas e interativas;</p> <p>Aquisição e melhoria dos equipamentos de som e instrumentos musicais, sobretudo, de percussão;</p> <p>Implementar efetivamente a coleta seletiva;</p> <p>Ampliar a iluminação da parte frontal da escola, dando visibilidade significativa e aumento na sensação de segurança;</p> <p>Realizar grafitagens permanentes nos ambientes coletivos da escola, a começar pelo refeitório;</p> <p>Construir um ambiente mais agradável no que diz respeito a barulhos excessivos, além da poluição visual e sujeira nas paredes (pichações).</p>

Fonte: SOCORRO, PPP, 2016.